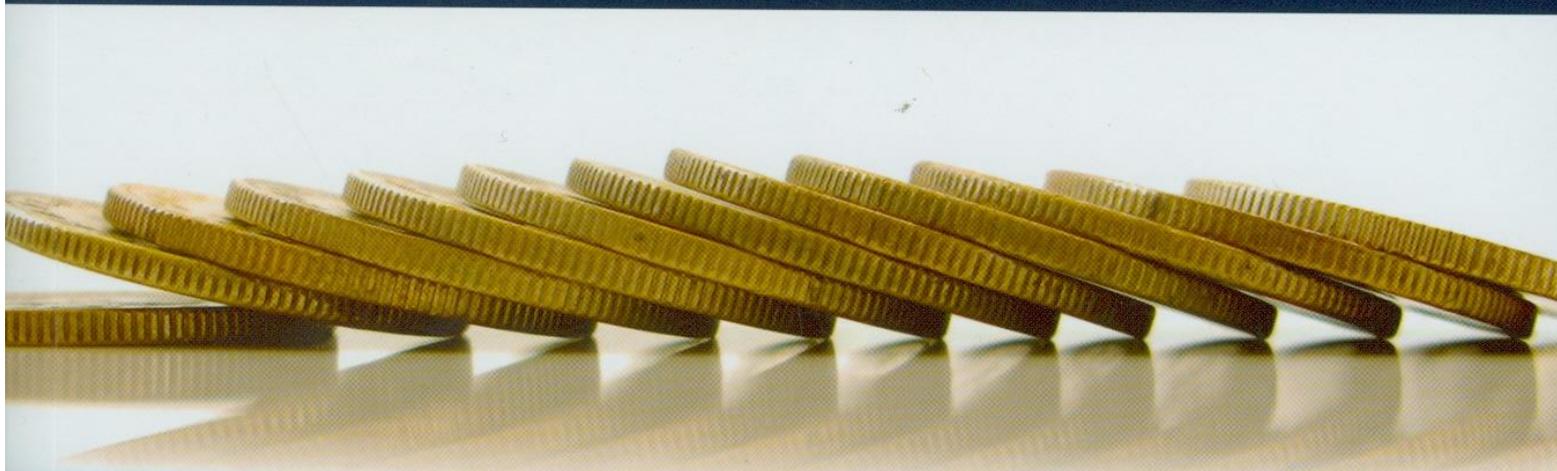


Hermes Arrais Alencar

CÁLCULO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

TESES REVISIONAIS



DA TEORIA À PRÁTICA

Sétima Edição

De acordo com a Medida Provisória 664, de 30-12-2014

atlas

SUMÁRIO

Nota do autor à 7ª edição, xiii

Prefácio, xv

1 Cálculo da Renda Mensal – Noções Elementares, 1

Elaboração de cálculos, 9

Lei de Acesso à Informação. Lei nº 12.527, de 2011, 12

2 Decadência e Prescrição, 23

Introdução, 23

Decadência do direito de revisão do ato administrativo concessório de benefício previdenciário, 24

Direito intertemporal (DIBs anteriores a 28 de junho de 1997), 32

Prescrição das parcelas pendentes de pagamento, 36

Prescrição e decadência em face de menores, 38

Decadência para autarquia rever seus atos, 40

Da teoria à prática, 42

3 Salário de Contribuição, 56

Natureza tributária da contribuição social, 58

Art. 201, § 11, da CF/88. Base de cálculo das contribuições previdenciárias que devem integrar o cálculo da prestação social, 62

Segurados empregado (urbano e rural), doméstico e trabalhador avulso, 70

- Contribuinte individual e segurado facultativo, 73
- SEIPrev. Contribuinte individual e segurado facultativo. Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006. Lei nº 12.470/2011, 76
- Segurado especial, 83
- Recolhimento de contribuições em atraso. Obtenção da GPS, 86
- Auxílio-acidente e salário de contribuição, 92
- Auxílio-acidente no cálculo da pensão por morte, 95
- 4 Salário de Benefício, 98**
 - Deflação e a apuração do salário de benefício, 108
 - Salário de benefício de aposentadoria por invalidez (B/32 e B/92) decorrente da transformação de auxílio-doença (B/31 e B/91), 109
 - Aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença. Benefícios concedidos sob a vigência de legislação diferente, 112
 - Aplicação do art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91, 114
 - Síntese salário de benefício, 116
 - Benefícios não submetidos a salário de benefício, 116
 - Da teoria à prática, 122
- 5 Apuração do Salário de Benefício do Segurado que Exerce Múltiplas Atividades, 137**
 - Da teoria à prática, 147
- 6 Salário de Benefício antes da CF de 1988, 155**
 - Revisão da Lei nº 6.423/77, 158
 - Da teoria à prática, 164
 - Direito adquirido à aposentadoria proporcional em junho de 1988, 181
 - Renda Mensal Inicial (RMI) – coeficientes de cálculo, 186
 - Primeiro reajuste da renda mensal, 188
 - Reajuste – equivalência salarial, 191
 - Da teoria à prática, 197
- 7 Salário de benefício após CF/88, 212**
 - Revisões Judiciais – DIBs no Buraco Negro, 212
 - Da teoria à prática, 227
- 8 Salário de Benefício após a Lei nº 8.213/91, 234**
 - Benefício concedido sob a égide da Lei nº 8.213/91, mas decorrente de transformação de benefício concedido ao tempo da CLPS, 237
 - Renda Mensal Inicial (RMI) – coeficientes de cálculo, 237

147,06% sobre os salários de contribuição, 240

Revisão judicial – inclusão do 13º no PBC, 241

Buraco verde – índice-teto – revisão determinada pelo art. 26 da Lei nº 8.870/94, 244

Da teoria à prática, 246

Índice-teto – revisão determinada pelo art. 21, § 3º, da Lei nº 8.880/94, 251

IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) sobre os salários de contribuição, 254

Da teoria à prática, 259

Art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91 – Súmula 9 da TR/SC – auxílio-doença no PBC, 266

Art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91 – Súmula 9 da TR/SC – auxílio-doença no PBC – 1º índice de reajustamento, 268

9 Salário de Benefício após a Lei nº 9.876/99, 277

Lei nº 9.876/99 – direito adquirido – regramento anterior (média aritmética simples dos 36 SC, sem aplicação do Fator Previdenciário), 290

Lei nº 9.876 – direito adquirido – aposentadoria antes da EC nº 20/98, 299

Direito Adquirido B/42 Proporcional – EC nº 20/98 – Correção Monetária dos salários de contribuição. Termo final: dezembro de 1998 × DER, 306

Direito Adquirido B/42 Proporcional – EC nº 20/98. PRIMEIRO REAJUSTAMENTO INTEGRAL, 310

Benefício mais vantajoso, consideradas as diversas datas em que o direito poderia ter sido exercido, 311

Lei nº 9.876/99 – normas transitórias, 315

Lei nº 9.876/99 – normas transitórias – benefícios programáveis, 315

Lei nº 9.876/99 – Norma transitória maléfica – Art. 3º, § 2º, 317

Lei nº 9.876/99 – normas transitórias – benefícios por incapacidade, 330

Lei nº 9.876/99 e art. 32, § 20, do Decreto nº 3.048/99, 334

Revisão art. 29, II. Acordo celebrado nos autos da ACP 000232059.2012.4.03.6183, 335

Lei nº 9.876/99 – e o artigo 29, § 4º, da Lei nº 8.213/91, 340

Fator previdenciário, 341

Tabela de expectativa de sobrevida, 348

Fator previdenciário – regra de transição – e art. 122 da Lei nº 8.213/91, 349

Ponderações sobre o fator previdenciário, 355

Apuração do Salário de Benefício do Segurado que exerce múltiplas atividades após a Lei nº 9.876, de 1999, 360

10 Salário de Benefício depois da MP nº 242/05, 374

11 Reajustamento a partir de janeiro de 1992, 379

Reajuste maio de 1995 – 42,86%, 385

Reajuste maio de 1996, 386

Reajustamento após 1997 – INPC, 388

12 Limites Mínimo e Máximo dos Benefícios Previdenciários, 397

Limite mínimo, 397

Auxílio-acidente e o patamar mínimo, 404

Limite máximo, 407

Limite-teto e o art. 136 da Lei nº 8.213, de 1991, 410

Tabela – limite-teto, 412

13 Revisão Pacificada STF. Limite-teto fixado pelas Emendas Constitucionais nºs 20/98 e 41/03, 414

Da teoria à prática, 420

Parte 1 – DIBs de 5.4.1991 a 31.12.1993, 420

Parte 2 – DIBs posteriores a março de 1994, 425

Parte 3 – Emenda Constitucional nº 41/2003, 428

Do pagamento administrativo. Revisão-teto. Acordo judicial formulado nos autos da ACP, 430

Como detectar se o beneficiário faz jus à revisão, 432

Revisão da reposição da limitação ao teto de benefícios concedidos no período denominado de buraco negro, 441

14 Abono Anual, 448

15 Índices de Correção Monetária das Prestações em Atraso e do Salário de Contribuição – Juros de Mora. Fase de Execução, 450

Histórico dos indexadores de correção monetária, 452

Índices acumulados, 462

Deflação – correção monetária, 471

Expurgos inflacionários, 475

Critério de cálculo dos benefícios acidentários no Estado de São Paulo – Recurso de Revista nº 9.859, de 1974, 476

Juros moratórios – Súmula 204 STJ – juros englobados e decrescentes, 483

Juros moratórios – 1% a partir de janeiro de 2003, 486

Dos juros moratórios a partir de 1º de julho de 2009, 488

Padrões monetários e os principais erros na conversão da moeda, 493

Imposto de Renda – incidência: mensal ou montante acumulado, 501

Execução invertida, 501

Honorários advocatícios. Execução, 502

Falecimento do exequente. Habilitação, 506

Execução provisória, 507

Ação monitória, 511

Da teoria à prática, 512

16 Dos Precatórios, 524

Dispensa de precatório – art. 128 LB – redação original, 527

Precatórios – correção monetária, 528

Da teoria à prática, 533

Juros moratórios durante o período de satisfação do precatório, 536

Juros moratórios – precatório pago fora do prazo constitucional, 539

Juros sobre juros – anatocismo, 540

17 Novidades (e Inconstitucionalidades) Legislativas na Seara Previdenciária editadas no fim do ano de 2014, 542

Medida Provisória nº 664, 30.12.2014, 542

MP nº 664, de 2014. Vigência, 543

MP nº 664, de 2014. Pensão por morte e auxílio-reclusão. Vigência imediata, 544

MP nº 664, de 2014. Pensão por morte e auxílio-reclusão. Disposição com vigência a partir do dia 14.1.2015, 545

MP nº 664, de 2014. Pensão por morte e auxílio-reclusão. Disposição com vigência a partir do dia 1º.3.2015, 550

Pensão por morte. Vitaliciedade × duração certa, 559

Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Vigência imediata, 561

Revogação imediata. Art. 17 e art. 151, ambos da Lei nº 8.213, 563

Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Vigência 1º.3.2015, 564

Imposição de limite-teto ao auxílio-doença, 565

Aposentadoria por invalidez e auxílio-doença. Termo inicial, 570

Lei nº 13.063, de 2014, 574

Anexos, 579

Tabela de Menor e Maior Valor-Teto, 579

Código de espécies de benefício, 582

Siglas – Resolução INSS/DC nº 139, de 8.10.2003, 585

Valores históricos dos indexadores, 587

Tabela de expectativa de sobrevida utilizada para cálculo do fator previdenciário, 592

Parecer do núcleo de contadoria da JFRS, 608

Portaria Interministerial MPS/MF Nº 13, de 9 de janeiro de 2015 – *DOU* de 12.1.2015, 615

Referências bibliográficas, 621